Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.12, 2024
ISSN 2178-6925

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: A REALIDADE DE UM PROBLEMA PÚBLICO

PUBLIC POLICIES FOR PEOPLE ON THE SITUATION: A PUBLIC PROBLEM IN REALITY

Breno Oliveira Alves
Acadêmico em Direito, Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil
E-mail: brenoalves.jus@gmail.com

Henrique França Barbosa
Acadêmico em Direito, Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil
E-mail: henriqueguitar.esp@gmail.com

Henrique Rocha Santos
Acadêmico em Direito, Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil
E-mail: henriquerm07@hotmail.com

Jéssica Pinheiro dos Santos
Acadêmica em Direito, Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil
E-mail: jessicapinheiro437@gmail.com

José Pedro da Rocha Junior
Acadêmico em Direito, Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil
E-mail: advrocha.pedrojunior@hotmail.com

Sylvia Raphaela Novais Santos
Acadêmica em Direito, Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil
E-mail: raphaella30@hotmail.com

Taynara Luiza Bronzon Batista
Acadêmica em Direito, Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil
E-mail: bronzon.taynara@gmail.com

Amanda Figueiredo de Andrade
Mestre em Direito, Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil
E-mail: amandafdeandrade@gmail.com

Resumo

Na atualidade, pessoas que vivem em situação de rua tornaram-se um problema público no país, uma vez que, por possuírem características, vícios e perfis completamente diferentes e diversos dificultam ainda mais o processo de solução da problemática. Tais obstáculos são alarmantes, cabendo ao governo mediante ações sociais, campanhas de prevenções e auxílios encontrar soluções para diminuir o impacto social que tal situação vem causando.

Este trabalho consiste em tratar o problema público, buscando colocar em pauta algumas questões que são relevantes para que a sociedade junto com os governantes possa solucionar da melhor forma o empecilho social, que acaba sendo omisso por grande parte da população e também expor como são originados e administrado às ações desenvolvidas pelos órgãos públicos responsáveis pela manutenção das políticas voltadas para pessoas em situação de rua.

Deste modo, concluímos que o problema social supracitado se tornou uma questão humanitária global, visto que se mostra muito mais complexo do que parece, expondo também outros problemas sociais, como: desemprego, a violência, o ingresso nas drogas, dentre outras questões que têm mais visibilidade em nossa sociedade.

Palavras-chave: Política. Problema. Morador. Desemprego. Violência.

Originalmente este foi um trabalho acadêmico, apresentado em 2023 por este grupo, como requisito parcial para obtenção de nota no semestre do curso de Direito, tendo como professora orientadora Aline Pinheiro Lima Camargo.

Abstract

Currently, homeless people have become a public problem in the country, since, because they have completely different and diverse characteristics, vices and profiles, they make the process of solving the problem even more difficult. Such obstacles are alarming, and it is up to the government through social actions, prevention campaigns and aid to find solutions to reduce the social impact that this situation has been causing.

This work consists of dealing with the public problem, seeking to put on the agenda some issues that are relevant so that society together with the rulers can best solve the social obstacle, which ends up being omitted by a large part of the population and also expose how they are originated. and administered to actions developed by public bodies responsible for maintaining policies aimed at homeless people.

In this way, we conclude that the aforementioned social problem has become a global humanitarian issue, since it is much more complex than it seems, also exposing other social problems, such as unemployment, violence, drug addiction, among other issues that have more visibility in our society.

Keywords: Policy. Problem. resident. Unemployment. Violence

1. INTRODUÇÃO

No contexto dos fenômenos sociais, a situação de moradores de rua está entre aquelas que mais expõem o indivíduo à exclusão social. As pessoas em situação de rua, comumente chamados de mendigos, andarilhos, vadios e drogados, compõem um grupo caracterizado pela invisibilidade social, remetendo à marginalidade, ao crime e ao uso de drogas. O Brasil não possui dados oficiais sobre a quantificação desses indivíduos, visto que o censo demográfico decenal de populações desabrigadas e as contagens populacionais periódicas não incluem entre seus objetivos a averiguação do número total da população não domiciliada, pois os dados censitários são coletados a partir da base familiar.

Desse modo, sem moradia e sem arranjo familiar clássico, o grupo permanece invisível ao Estado. Pesquisa publicada com base em dados coletados no ano de 2015, estimou que o Brasil tinha acima de 100 mil pessoas vivendo nas ruas, em calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em instituições. A população de rua se constitui em um grupo heterogêneo, caracterizado por extrema pobreza, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional regular, bem como por utilizar os logradouros públicos em ruínas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, além de unidades de acolhimento temporário para pernoite ou como moradia provisória.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS IMPLEMENTADAS PARA MORADORES DE RUA

Com o avanço da democracia e a notoriedade dos problemas sociais que a partir do século XX, o governo se viu sem saída para colocar em pauta e executar uma estratégia para inserir políticas voltadas para suprir toda a necessidade que essa intitulada classe denominada moradores de rua, apresenta.

O termo política pública pode ser definido, segundo o SEBRAE-MG/2008, como “conjunto de ações desencadeadas pelo Estado, com vistas à solução (ou não) de problemas da sociedade”. Segundo essa definição, o estado tem a obrigação de cuidar das classes que mais precisam, seguindo alguns caminhos pré-definidos e que visam gerar resultados e serem passados para a sociedade.

Políticas sociais são ações desenvolvidas por meio de projeto que tem como objetivo proporcionar a garantia de direitos e condições de vida para todos os cidadãos. De acordo com o texto da Constituição Federal de 1988, são as

políticas sociais que podem assegurar o direito que os cidadãos tem em educação, saúde, alimentação, trabalho, lazer, segurança e outras ações que visam melhorar a condição do cidadão.

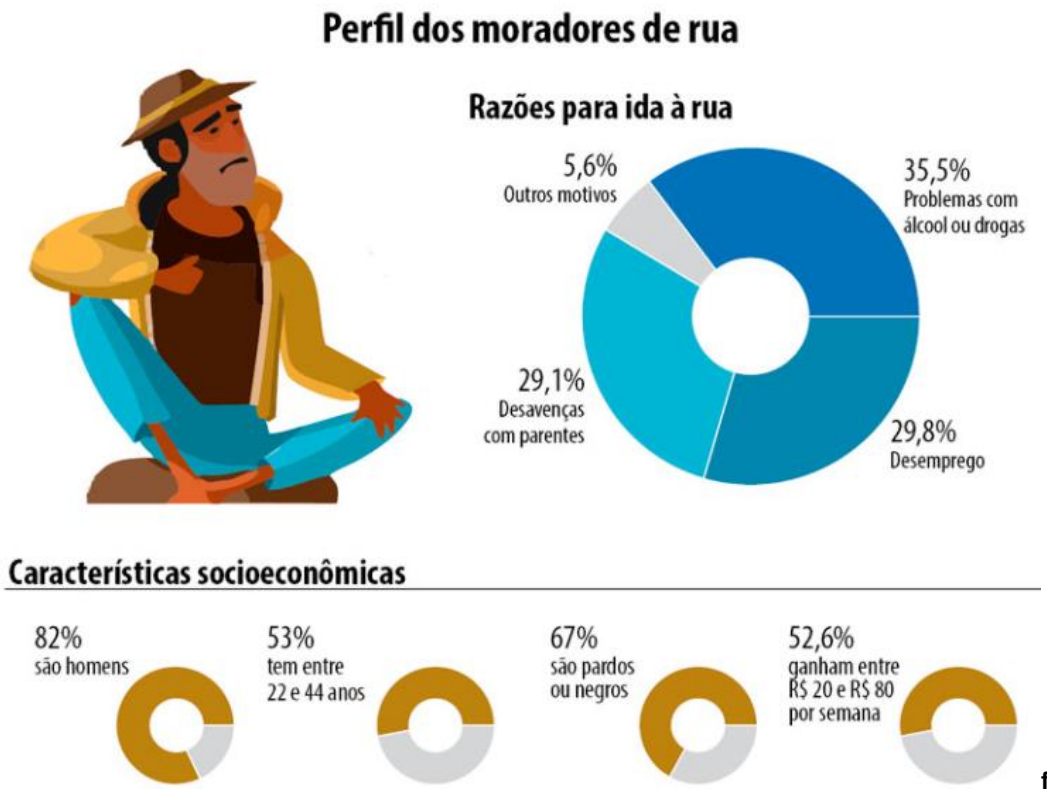
Para Behring e Boschetti, políticas sociais são consideradas um fenômeno associado a constituição burguesa e do modo capitalista de produzir e se reproduzir, a grosso modo pode-se pensar que políticas sociais foram criadas para diminuir o peso que os cidadãos, de menor inclusão social, possuem para o governo. Assim, ficou muito evidente para a população que essas pessoas precisam ter oportunidades. Não obstante, essa evidência é mais uma teoria exposta, visto a dificuldade quando precisa ser colocada em prática.

Informalmente tudo é muito claro, a população sabe como é que podemos dar melhores condições a essas pessoas que passam por necessidades, pois, basicamente pregam que para diminuir a igualdade social é preciso iniciar pela base, sendo ela a educação, no entanto para muitos é bem simples oferecerem a educação, mas na prática se ver uma realidade totalmente diferente.

3. REALIDADE DOS MORADORES DE RUA NO BRASIL

A população de rua vem sendo conceituada por algumas organizações que basicamente dizem o mesmo, no sentido de que a definição de moradores de rua consiste em um grupo populacional heterogêneo, e que possuem como característica a pobreza. São marcados pela interrupção do vínculo familiar, pela falta de moradia regular, assim surge a necessidade de lutarem pela sobrevivência nas ruas.

A circunstância de rua é complicada, pois não se resulta de uma única causa, é muito maior que isso, são vários fatores que levam a pessoa se encontrar nessa situação, dentre elas além da interrupção do vínculo familiar como já mencionado, encontra-se o desemprego, os vícios que se relacionam mais à droga, a pobreza e outras razões que fazem com que vejam na rua a última opção para sobrevivência. E isso pode ser ilustrado no gráfico à seguir:

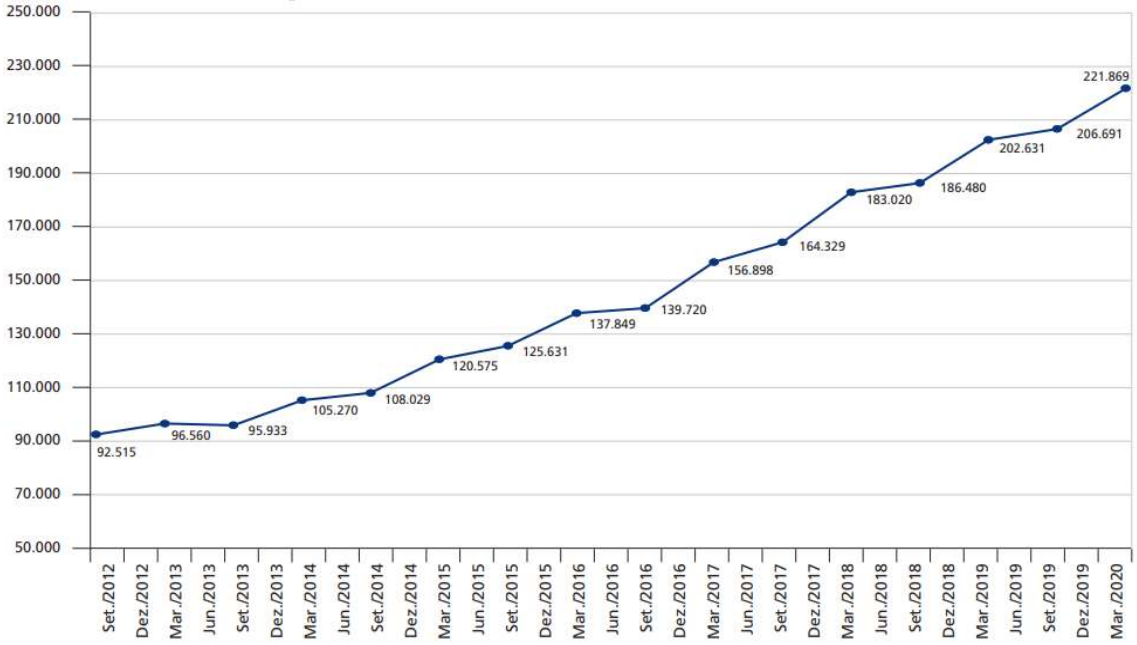


font
e: https://sbsrj.org.br/moradores-de-rua-brasil.

Quando observa-se as políticas voltadas para a população em situação de rua, percebe-se uma realidade muito diferente. Se na teoria essas políticas tem o objetivo de encontrar soluções para diminuir e, com isso tirar o cidadão dessa situação e dar uma condição de vida digna do qual ele tem direito, na prática é totalmente diferente, o número de pessoas em situação de rua só vem aumentando, como mostra o gráfico à seguir:

GRÁFICO 2

Número estimado de pessoas em situação de rua no Brasil (set./2012-mar./2020)



fonte: https://sbsrj.org.br/moradores-de-rua-brasil.

4. PROBLEMATIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RUA

A situação dos moradores de rua se tornou um desafio para o governo, isso porque ganhou notoriedade com exposições que vários movimentos deram a esse cenário. Em setembro de 2005 foi realizado o primeiro censo e pesquisa nacional sobre a população em situação de rua, onde foi abordado diversos tipos de situações em que essa população se encontrava. Foi demonstrado nesse censo e pesquisa assuntos como perfil dos moradores; a trajetória na rua, evidenciando o motivo que os levam para tal cenário; Pernoite, o que é curioso nessa questão é que existe albergues para esses moradores, no entanto a maioria prefere ficar na rua do que nesses lugares; Discriminações sofridas, esse é um ponto importante, pois é indubitável que pessoas em situação de rua sofrem com discriminação, encontrando impedimento para entrar em alguns locais, sendo tratadas com desprezo e agressividade pelos demais, sendo observados com medo; alimentação e saúde, um dos pontos mais importantes a ser debatido, sendo a alimentação um ponto crítico, pois muitos fazem apenas uma refeição por dia e as vezes não conseguem sequer fazer uma refeição, procuram comidas em lixo e alimentos que certamente estão com o estado comprometido. Consequentemente, a forma que os moradores encontram seu alimento compromete a saúde, não podendo esquecer das doenças que circulam tal grupo populacional.

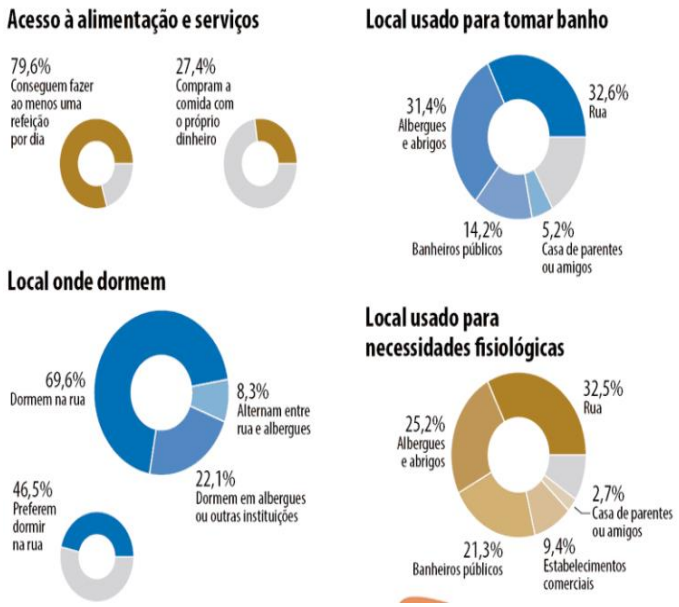
5. METODOLOGIA

Para abordagem desta temática, foi efetuada uma pesquisa bibliográfica e documental, sendo a natureza dos dados qualitativa, a fim de lograr êxito em maior profundidade nos resultados. Quanto aos fins, com o objetivo de estar mais próximo do tema abordado, a pesquisa tem o método exploratório.

Diante desses fatores, estão elencadas a observação, descrição e compreensão do tema abordado, pois essa pesquisa irá buscar informações em pesquisas já realizadas por meio de bibliografias, relatórios, revistas, sites e também em documentos.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O crescimento das pessoas em situação de rua ocorre de forma mais concentrada nos grandes municípios brasileiros. E 18,5% dos moradores de rua estão localizados em pequenos e médios municípios brasileiros, apontando a necessidade do estabelecimento de políticas públicas que alcancem esses moradores que não moram em grandes centros urbanos. O tempo de permanência na rua também merece destaque, já que parece ser uma situação que facilmente se torna crônica. Esse impasse bem como, o acesso à alimentação e serviços, local usado para tomar banho, local onde dormem e local usado para necessidades fisiológicas são grandes fatores que esses moradores sofrem diariamente. O gráfico a seguir traz exatamente esses pontos:



Fonte:sbsrj.org.br

As políticas sociais podem ser consideradas ações governamentais desenvolvidas por meio de programas e projetos, que visam garantir direitos e condições dignas de vida à sociedade como um todo. São estas políticas que asseguram à população o exercício do direito de cidadania, por intermédio de ações nas áreas da educação, saúde, trabalho, assistência social etc.

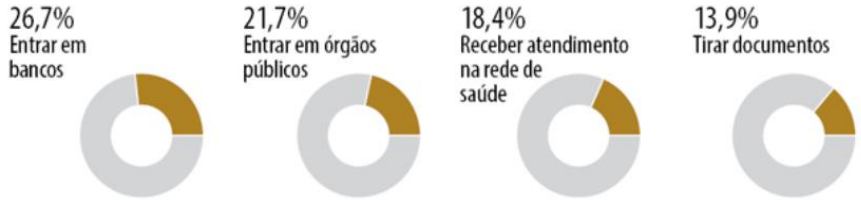
Dentre essas ações, destacamos aqui aquelas voltadas para a população em situação de rua, no que se refere ao exercício dos seus direitos de cidadania. Apesar de estas caraterísticas confirmarem uma percepção largamente difundida, os dados disponíveis indicam a provável tendência de alteração do perfil tradicionalmente traçado sobre a população de rua. Os dados permitem afirmar que se trata de uma população formada por 42 trabalhadores com algum nível (precário) de formação, que ocupam, eventualmente, espaços no mercado de trabalho (formal ou informal) para garantirem sua sobrevivência. Porém, essa inserção se torna cada vez mais difícil considerando-se as características e exigências do mercado de trabalho, o que impele este segmento a se manter nas ruas, como sua única condição de sobrevivência. A maioria das pessoas que se encontram vivendo nas ruas, atualmente é originária do mesmo município em que se encontra, ou são egressas de outros municípios do mesmo estado.

A cristalização da situação de rua (maior tempo de permanência nas ruas) impõe a esses indivíduos uma situação crônica, praticamente irreversível, agravada pela pobreza, baixíssima ou nenhuma escolaridade, desemprego, problemas de saúde e discriminação de toda ordem, estabelecem um quadro de isolamento e exclusão social.

Um dos maiores desafios que as pessoas em situação de rua vem sofrendo, dentro delas são as discriminações, sendo impedidas de entrarem em diversos locais e de realizarem as atividades que necessitam ou desejam. Muitas nem tentam entrar em certos locais, para evitarem o constrangimento decorrente da provável expulsão. Para avaliar tais discriminações, no gráfico a seguir mostra-se os impedimentos sofridos, sem considerar os casos de pessoas que optaram por nem sequer tentar.

Percentual de moradores que sofreram experiências de impedimento de acesso ou realização de atividade





Fonte: sbsrj.org.br

As pessoas em situação de rua devem ser incluídas no Cadastro Único dos programas assistenciais do governo federal, principalmente para potencializar o acesso dessa população aos programas complementares destinados aos usuários do Cadastro Único e à rede de serviços, benefícios e programas de transferência de renda; e produzir informações que contribuam para o aprimoramento da atenção a esse segmento nas diversas políticas públicas. Os esclarecimentos sobre a inclusão das pessoas em situação de rua no Cadastro Único, podem ser obtidos mediante a consulta ao Guia de Cadastramento de Pessoas em Situação de Rua, bem como a Instrução Operacional conjunta SNAS/SENARC nº 07/10.

A política voltada à população em situação de rua teve reconhecimento e importância crescente nos últimos anos. Grandes exemplos, são os encontros no período natalino, nos quais o Presidente da República se reúne com pessoas em situação de rua para um almoço festivo. Esses encontros são realizados em São Paulo, desde 2003. Em termos institucionais, o Decreto nº 7053/2009, estabeleceu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional.

7. CONCLUSÃO

Ao fim do trabalho, pode-se concluir que a pesquisa realizada fortaleceu o conhecimento a respeito do cenário dos indivíduos sem moradia e concedeu informações importantes para alcançarmos melhores resultados sobre as políticas públicas para essas pessoas.

Nota-se que é alarmante o caso de sujeitos em situação de rua, visto que não foi possível notar em nenhum momento a diminuição deste grupo vulnerável, porque eles sempre foram invisíveis para a política nacional.

Dessa forma, é necessário intensificar as fiscalizações sobre as políticas públicas para esse grupo desprotegido, a fim de verificar se tais atos estão sendo cumpridos, e disponibilizar de forma mais presente e ativa para que seja de fato válida.

REFERÊNCIAS

TRINDADE DOS SANTOS, Gilmar. **Políticas Públicas para a População em Situação de Rua**. 2011. 45 fl. Monografia (Especialização). Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, Brasília, 2011. Acesso em 15 de junho de 2022.

POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 2008, Brasília/DF Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf. Acesso em 01 de julho de 2022.

Jaccoud L. **Pobres, pobreza e cidadania: os desafios recentes da proteção social**. 2009. Acesso em 05 de julho de 2022.

Gomes, F. D. Elias, F. T. S. **Políticas públicas de assistência social para população em situação de rua: análise documental.** Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/periodicos/ccs_artigos/politicas_publicas_%20assistencia_%20social.pdf. Acesso em 15 de julho de 2022.